

DO BACAMARTE AO LIVRO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A “CIVILIZAÇÃO” DA SOCIEDADE IPUENSE – 1840-1919¹

Jorge Luiz Ferreira Lima²
Gleison da Costa Monteiro³

RESUMO

Este artigo discute a maneira como a cidade de Ipu, outrora marcada por acontecimentos violentos, passou por um processo de transformações culturais onde se procura, através da ação de um grupo de intelectuais, implantar na cidade novas práticas de sociabilidade urbana, como a criação de um Gabinete de Leitura.

Palavras-chave: cultura letrada, civilização, intelectual, gabinete de leitura.

SUMMARY

This article discusses the way as the city of Ipu, formerly marked by violent events, it went by a process of cultural transformations where it is sought, through the action of a group of intellectuals, to implant in the city new practices of urban sociability, as the creation of a Cabinet of Reading.

Word-Key: literate culture, civilization, intellectual, Office of reading.

INTRODUÇÃO

Resulta sempre inquietante a possibilidade de refletir sobre a forma como a Vila do Ipu, acossada por bandos armados, marcada por episódios violentos, foi se transformando, culturalmente, em uma cidade onde se verificava a presença de práticas de sociabilidade urbana ligadas ao domínio da cultura letrada. No entendimento dos intelectuais ipuenses do começo do século XX, enquanto duraram as lutas e os bandos armados correram livremente pelo sertão e Serra da Ibiapaba, a população do Ipu se viu

¹ Trabalho resultante da ampliação das reflexões acerca das transformações culturais ocorridas na cidade de Ipu entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, presentes no primeiro capítulo da monografia *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*.

² Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

³ Professor Assistente (orientador) – Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

impossibilitada de ensaiar os primeiros passos no mundo das letras. Leitura, reuniões literárias, imprensa, tudo era ausente; reinava a desordem e o acanhamento cultural.

Na segunda metade do século XIX, surgem os primeiros intelectuais e as primeiras iniciativas – tímidas e mirradas – de estabelecer práticas culturais ligadas à cultura letrada. Percorrendo os jornais da primeira metade do século XX, percebemos a existência de um grupo social diminuto, mas consciente de sua condição privilegiada de letrados. Faziam, portanto, porta-vozes dos interesses que diziam ser da cidade, mas que, no fundo, representavam seus interesses próprios enquanto classe separada, enquanto *intelligentsia* local em busca de demarcar seu território social e garantir seus privilégios.

A passagem de uma vila sacudida pelos arrebatamentos violentos dos valentões da região, durante a primeira metade do século XIX, à cidade em busca de progresso e civilização é o que discutiremos neste trabalho.

1 QUANDO TUDO SE RESOLVIA PELA “LEI DO BACAMARTE”

Em 1915, a *Revista do Instituto do Ceará* trouxe a público um trabalho composto por Eusébio de Sousa chamado *Um pouco de história: Chronica do Ipu*. Em seu texto, Eusébio procurou reconstruir a história da cidade de Ipu remontando à fundação, fato que atribui a uma matrona branca – D. Joana de Paula Vieira Mimosa – a quem teria sido doada a porção de terra situada às margens do Riacho Ipuçaba, no sopé da Serra da Ibiapaba.⁴

Em seu descortinamento da história ipuense, Eusébio reconstitui vários acontecimentos concentrando sua atenção, ao referir-se ao século XIX, em fatos considerados nefastos para história da então pequena vila do sertão cearense. Tais fatos fazem parte do imenso repertório de lutas violentas que assolaram, segundo os cronistas, o sertão do Vale do Acaraú e a Serra da Ibiapaba. Bandos armados chefiados por coronéis se digladiaram em sangrentas lutas de família, lutas cujo motivo ia desde o defloramento e

⁴ Cf. SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXIX, p. 152-243, ano 1915.

rapto de donzelas até animosidades de natureza política. Em suma, como se dizia à época, tudo se resolvia pela “lei do bacamarte”.

Dentre os autores e obras que se referem aos ditos episódios violentos, materializados em épicas brigas entre os grandes clãs patriarcais estabelecidos na região norte do Ceará, chegou-nos às mãos o livro de Nertan Macedo, *O Bacamarte dos Mourões*. Ali são relatadas inúmeras façanhas da poderosa e ousada família Mourão, cuja principal propriedade fundiária, uma espécie de feudo fora de época, compreendia parte da região do atual município de Ipuéiras, mais precisamente a porção serrana deste município, no lugarejo conhecido, à época, como Matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos⁵.

No ano de 1840, o Ipu passou à condição de sede da Vila Nova d’El Rey, condição que antes pertenceu o povoado do Campo Grande, atual cidade de Guaraciaba do Norte⁶. Na realidade, Ipu compunha-se de um ajuntamento desconexo de casinhas de taipa, sendo as melhores edificações dispostas em volta da pequena igreja, situada em praça próxima às margens do Riacho Ipuçaba. A população, em sua maioria composta de pobres e mestiços, vivia em constante sobressalto por causa das constantes correrias dos bandos de cabras armados cujas façanhas violentas eram fruto do mando dos coronéis proprietários da região.

Elevado à categoria de vila, o Ipu não deixou, contudo, de ser alvo da índole violenta da época. Na realidade, o episódio mais sangrento e de mais nefastas conseqüências ainda estava por vir.

Completando o rosário de antecedentes deste fato, chegou ao Ipu, em 1845, o padre Francisco Corrêa de Carvalho e Silva, vigário da Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, da qual a pequena igreja de Ipu era capela. Deveria o reverendo vigário residir no povoado onde estava o templo designado para matriz da Freguesia, mas, como este estava localizado no povoado da Matriz de São Gonçalo, sobre a Serra da Ibiapaba, reduto da poderosa família Mourão, o padre teve que evadir-se de lá. O motivo: indisposições de

⁵ Cf. MACEDO, Nertan. *O Bacamarte dos Mourões* (2ª ed). Rio de Janeiro: Editora Rennes, 1980.

⁶ Cf. ARAÚJO, Pe Francisco Sadoc de. *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988; e MELLO, Maria Valdemira Coelho. *O Ipu em três épocas*. Fortaleza: Popular Editora, 1985.

natureza política entre o senhor vigário e os poderosos mandatários da Matriz, os Mourões.

O Padre Corrêa, segundo Joaquim Catunda, seu mais incendiário biógrafo⁷, tinha uma postura política verdadeiramente camaleônica. Mudava de partido como se muda de roupa. Ora apoiava os liberais, ora os conservadores. Numa de suas “viradas de casaca”, o padre, residindo na Matriz de São Gonçalo, abandonou as fileiras conservadoras e passou para o lado dos liberais, arrastando consigo parte da família Melo, prima em primeiro grau dos Mourões. Sabendo que atraía a ira dos valentões da Matriz de São Gonçalo, o padre fugiu para o Ipu, aonde veio colocar-se sob a proteção do coronel Francisco Paulino Galvão e do delegado Manuel Ribeiro Melo.

Hábil na montagem de futricas políticas, o padre teria, ainda de acordo com Joaquim Catunda, incitado o delegado a prender, sem motivo aparente, os correligionários políticos dos Mourões no Ipu, fato que ateou ainda mais lenha na fumarenta fogueira da ira dos valentões da Serra dos Cocos.

O resultado não poderia ser outro. A noite do dia 25 de janeiro de 1846 foi marcada pelos gritos, tiros e mortes, constituindo um episódio macabro e traumatizante para a memória ipuense. Os irmãos Alexandre da Silva Mourão e José de Barros Mourão, acompanhados de forte séquito de cabras armados, atacaram a pequena e tosca edificação que servia de cadeia à Vila Nova do Ipu. Entre os disparos, um houve que acertou o peito de José de Barros Mourão, morrendo este nas calçadas da igreja de São Sebastião do Ipu. O bando tinha três objetivos: libertar os correligionários presos, matar o delegado Manoel Ribeiro Melo e matar o padre Corrêa.

Do ponto de vista dos Mourões, a façanha terminou em desastre. Não conseguiram encontrar o delegado, não mataram o padre e perderam seu segundo homem valente, o Capitão José de Barros Mourão, apelidado de “O Cabano”, por sua atuação no

⁷ Joaquim Catunda publicou, em 1871, uma ácida biografia do padre Corrêa, onde denunciava os vários desmandos cometidos pelo vigário. Catunda foi senador pela Província do Ceará, assim como o padre Corrêa. Residindo na vila do Ipu durante a década de 1870, indisps-se com o vigário, provavelmente, por motivos ligados às complicadas injunções políticas da época. Sua *Biografia do Reverendo Padre Corrêa – Vigário do Ipu* foi republicada por Nertan Macedo no citado *O Bacamarte dos Mourões*.

combate os rebeldes da Cabanagem que se espalharam pelo Piauí e porção da região norte do Ceará⁸.

O fato ganhou os jornais da capital cearense. O jornal conservador *Pedro II*⁹, assim se referiu ao estado de coisas que se podia verificar na vila após o ataque:

“Eis o estado a que de presente esta reduzido o Municipio do Ipu: o seu futuro parece prenhe de funestos, e ainda mais atrozes sucessos: se o Govêrno não for enérgico, enviando quanto antes para ali uma boa fôrça, e à disposição do Chefe de Polícia que para lá deve seguir, porém, o Governo... e temos governo... basta. Em outro n^o daremos uma notícia mais circunstanciada desses acontecimentos.”¹⁰

Diante de tão graves fatos, o jornal anuncia para a vila um futuro “prenhe de funestos”, ou seja, diante de tão negros e calamitosos acontecimentos, o que se poderia esperar de uma povoação cujos habitantes se mostravam dispostos a cometer atos considerados contrários à civilização e ao progresso?

Eusébio de Sousa, por sua vez, também não se furtou à oportunidade de lamentar tal fato e associar a um preocupante estado da barbárie o estouro de tão violentos episódios. Referindo-se à primeira metade do século XIX e às lutas violentas ali ocorridas, Eusébio afirma tratar-se de uma época “estacionaria de formação litteraria ipuense. O tempo mal chegava para os sobresaltos continuos de sua população”¹¹

Dessa forma, para Eusébio de Sousa, bem como para os demais homens de letras do início do século XX, aquele estágio de “barbárie” compreendido pela primeira metade do século XIX só pôde ser superado com o surgimento das primeiras manifestações culturais ligadas ao domínio da cultura letrada. O surgimento do primeiro grupo de teatro da vila, por volta de 1870, é celebrado por Eusébio de Sousa como os “primeiros passos” da vida intelectual da vila.

2 CIVILIZAÇÃO E CULTURA LETRADA

⁸ Cf. MACEDO, Nertan. *Op. Cit.*

⁹ Sabemos da orientação conservadora do jornal *Pedro II* graças à leitura de FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

¹⁰ Jornal *Pedro II*, 7 de fevereiro de 1846 *apud* MACEDO, Nertan. *op cit* p 115.

¹¹ Cf. SOUSA, Eusébio. *Op. cit.* p 221.

As lutas e sobressaltos constantes agora estavam ausentes, o que permitia à vila o surgimento das primeiras manifestações intelectuais e a reunião de um primeiro grupo de indivíduos que constituem, segundo a descrição do autor, uma espécie de *intelligentsia* local, ou seja, um grupo social que procura diferenciar-se do restante da população especialmente pela posse e domínio das técnicas inerentes ao domínio da cultura letrada.

Diferenciados em relação ao restante da população da vila, tratam ainda de chamar a si a responsabilidade de representar, em seu discurso e em suas práticas, o elo progressista da sociedade ipuense. Desta forma, daquele intelectualismo embrionário brotaram nomes que buscarão destaque na imprensa, na literatura e na política, e requisitaram uma espécie de direito de mando cuja legitimidade basear-se-ia na posse de bens materiais e no domínio de vasto cabedal cultural.

A formação de um grupo de atores amadores, reunidos em torno da sociedade *Recreio Dramatico*, denuncia a primeira iniciativa social ligada à cultura letrada, prenuncia a surgimento e desenvolvimento de uma nova sociabilidade relacionada ao desenvolvimento urbano da vila.

Dos líderes desse primeiro e pequeno grupo de jovens cultos, temos a figura do Thomaz de Aquino Corrêa, então adolescente, aliado a Félix Candido de Sousa Carvalho. O primeiro viria a tornar-se o Coronel Thomaz Corrêa, farmacêutico, músico, jornalista, poeta e agricultor bem sucedido, tudo graças ao seu talento de autodidata¹²; o segundo migrou em busca de estudos e acabou bacharelado-se em Direito tendo, em 1920, sido indicado para a Secretaria do Interior pelo então presidente do estado, Dr. Justiniano de Serpa¹³.

A cidade é o lugar *par excellence* da cultura letrada. Teatros, agremiações literárias, saraus, publicação de jornais, constituição de instituições voltadas para a prática da leitura, tudo isso remete, sem embargo, ao espaço urbano. Urbanidade e civilidade, progresso e civilização, são conceitos que caminham juntos e formam a equação cujo

¹² Cf. GRÊMIO IPUENSE. *Thomaz Corrêa: alguns aspectos de sua vida e de sua obra*. Fortaleza: Tipografia Minerva de Assis Bezerra & Cia, 1942; e PAZ, Francisco das Chagas. *Almanaque Ipuense para o ano de 1961*. Ipu: Oficinas Gráficas da Escola Profissional, 1960.

¹³ Cf. Desembargador Felix Candido. *Correio do Norte*, Ipu, 15 jul. 1920, p. 4.

resultado é o tão almejado e festejado progresso material e espiritual que deveria, fatalmente, atingir a vila.

A adoção de um conceito de “civilização” associado à transformação dos padrões comportamentais, ao refinamento das maneiras e à educação à moda européia pode ser percebida facilmente nos textos publicados nos jornais ipuenses do início do século XX. O esforço por transformar a vila bárbara em uma cidade civilizada serve de corolário ao discurso construído na imprensa ipuense, onde seus homens de letras militam em defesa do progresso e da civilização.

Voltando a século XIX, após a fundação e rápido declínio do *Recreio Dramático*, o mesmo grupo de jovens letrados, liderados pelo jovem Thomaz de Aquino Corrêa, criou a sociedade *Gabinete Ipuense de Leitura*, cujo propósito confesso consistia em proporcionar o acesso à leitura a uma população que se queria civilizar.

Entendido como um signo do progresso, o gabinete de leitura funciona como local de reunião, de sociabilidade e de fruição intelectual, tornando-se um símbolo do esforço civilizador empreendido pela *intelligentsia* local. O esforço em difundir o letramento pode ser percebido na fundação da escola noturna, ou seja, um curso de alfabetização ministrado pelos próprios sócios do gabinete no período noturno. Destinavam-se as aulas aos analfabetos pobres. Esta iniciativa, todavia, não tardou a ser descontinuada.

Temos, assim, a partir da segunda metade do século XIX, o início de um possível “processo civilizador” levado a efeito na vila e, mais tarde, cidade do Ipu. Iniciado com o surgimento da primeira manifestação ligada à cultura letrada, este processo compreende a criação de espaços e instituições destinados à difusão de práticas e modos de comportamento ligados à moda européia, em especial aos padrões culturais franceses, muito em voga no Brasil do final do século XIX.

Para Norbert Elias, “civilização” seria o termo através do qual a sociedade ocidental “procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua*

cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.”¹⁴ A civilização seria, dessa forma, resultado de um processo - o “processo civilizador” - de mudanças comportamentais caracterizadas pelo aumento do controle sobre as punções, da mudança na forma como eram realizados atos cotidianos relacionados ao corpo, como escarrar, assoar-se, dormir, pôr-se à mesa, etc. Este processo seria ainda marcado por “curvas”, ou seja, as mudanças oscilavam, ora para frente, num sentido que o autor classifica como evolutivo, ora retroagindo a formas mais antigas. No entanto, este processo, de acordo com Elias, caminha no sentido evolutivo e seu resultado seria o que o Ocidente chama de “civilização”.

Na esteira de Elias, podemos perceber o esforço de um grupo que se apresenta como portador dos meios de civilização, ou seja, que defende como ideal de comportamento e de cultura aquilo que caracteriza o *seu* comportamento, a *sua* cultura, ou seja, de um grupo que procura estender sua influência sobre o restante da população, através da difusão de padrões comportamentais compreendidos como mais adequados a uma cidade que deveria preparar-se para a chegada iminente do progresso.

No bojo deste “processo”, a difusão das práticas de leitura constitui parte indissociável da civilização que se pretende estabelecer na cidade. Somente uma população esclarecida e informada por meio da leitura poderia levar a cidade ao progresso, compreendido de forma, no mínimo, paradoxal. Mais ainda, somente uma população cujo comportamento fosse refinado o suficiente para compreenderem o valor da apreciação de um bom livro estaria realmente capacitada a protagonizar o desenvolvimento progressista da cidade.

Quando falam de “progresso”, os intelectuais ipuenses não se referem ao fenômeno contraditório, excludente e cruel, gerador de pobreza e dura exploração, típico da Segunda Revolução Industrial tão facilmente constatável na realidade europeia do século XIX. Pensava, ao contrário, no estabelecimento de uma ordem social baseada no tradicionalismo e conservadorismo caracterizado pela manutenção dos privilégios e do poder de mando de um pequeno grupo cuja riqueza baseava-se na propriedade da terra. Lembremos ainda que, na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século

¹⁴ Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

XX, a principal atividade econômica da vila do Ipu, bem como de toda a região norte do Ceará, ainda era a produção agrícola, figurando como principal produto o algodão. Neste contexto, a posse da terra constitui, sem dúvida, um distintivo social muito importante.

O progresso deplorado por poetas como Baudelaire¹⁵ e outros autores do século XIX não era o mesmo que se apresentava revestido de ares de redenção nas páginas dos jornais ipuenses. Para Thomaz Corrêa e seus amigos, o progresso caracterizava-se pelo aumento da riqueza material acompanhado da reafirmação dos valores morais típicos da Cristandade, ou seja, o aumento da riqueza desde que esta permanecesse sob controle de uma aristocracia católica e conservadora, cujo comportamento irrepreensível alinhava-se com o mais duro moralismo.

Facetas daquilo que historicamente conhecemos como “progresso”, ou seja, as nefastas conseqüências sociais das duras relações de trabalho típicas da industrialização, a proliferação de males sociais como a violência e a prostituição, não fazem parte do progresso que se sonha para a cidade de Ipu no final do século XIX e início do XX. Ao contrário, pensava-se no aformoseamento do espaço urbano, na constituição de posturas municipais, na difusão da alfabetização e da leitura, no aumento da riqueza aristocrática e na imposição de padrões de comportamento austeros, cristãos, ascéticos.

Para a *intelligentsia* ipuense, o progresso será resultado do saneamento social, implicando isto na exclusão de grupos e comportamentos considerados desviantes. Não é sem razão, portanto, que o jornal *Correio do Norte* festeja a decisão do delegado de polícia, o tenente Raymundo Pinheiro, a qual consistiu em proibir a circulação das prostitutas dentro do Mercado Público. Não por acaso, a nota recebeu o título “Digno de aplausos”. Isto foi publicado em 12 de fevereiro de 1920.¹⁶

Dois anos depois, o mesmo jornal implora ao então delegado providências no sentido de “proibir a grande imundice de mulheres livres” que circulavam impunemente

1994, vol I, p 23. Itálico do autor.

¹⁵ A postura crítica de Baudelaire a respeito do progresso e todas as suas contradições pode ser melhor conhecida a partir da leitura de BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Tradutores: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁶ Cf. Digno de aplausos. *Correio do Norte*, Ipu, 12 fev. 1920, p. 1.

pelo Mercado, “a se expandirem com gestos e palavreados indecentes”¹⁷. Meninos de rua também são alvos de reclamações junto à autoridade policial, pois estes andavam “n’uma algazarra infernal, furtando, interrompendo os transeuntes, atirando pedras, jogando football, etc.” A solução sugerida é a “prisão de uns quatro para exemplo”¹⁸.

A presença de figuras indesejáveis como prostitutas e meninos de rua contrastava terrivelmente com o ideal de uma cidade civilizada. O comportamento destes grupos era considerado por demais invasivo e escandaloso, perturbador da serena ordem civilizada, afrontador da ordem e um estorvo ao progresso e não um resultado perverso do mesmo. Para estes não era oferecida, com certeza, a possibilidade do acesso à prática da leitura.

Por outro lado, outro grupo social, hegemônico nas páginas dos jornais, organizava-se em torno de agremiações voltadas para a sociabilidade urbana da época. Times de futebol, gabinete de leitura e grêmio recreativo constituem os pólos de atração de um grupo de homens detentores da riqueza local, da posse da terra, do capital e, acima de tudo, da influência política e social sobre uma população ainda pobre e analfabeta.

Reuniões literárias no salão do Gabinete de Leitura Ipuense serviam de palco para discussões acerca da legitimidade da carta de bacharel de algum dos membros da pretensa *intelligentsia* local. Intrigas e fofocas que, não raro, acabavam em sérias e virulentas polêmicas nas páginas do jornal eram motivadas por ferinos ataques à vaidade intelectual de algum membro do grupo de letrados locais. Esta espécie de antropofagia servia, no entanto, para afirmar ainda mais o *status quo* de um grupo que se queria fazer ver como os mais capazes ao exercício do mando e à posse da riqueza.

Em 1894, a cidade de Ipu teve inaugurada a sua Estação da Estrada de Ferro de Sobral. Tal fato revela-se, dentro das dimensões de uma pequena cidade do interior do Ceará na virada do final dos oitocentos, como um marco no processo civilizador – tomando o conceito de Elias - da sociedade local.

Com a chegada dos trens, Ipu tornou-se, por certo tempo, o ponto final dos trilhos da Estrada de Ferro de Sobral, aumentando, assim, a afluência de elementos

¹⁷ Cf. Com a policia. *Correio do Norte*, Ipu, 06 jul. 1922, p. 4.

estrangeiros ao pequeno núcleo urbano. Naquele pé de serra surgiu e desenvolveu-se uma estrutura de serviços como hotel, cafés, bilhares, casas comerciais, etc. Com o prosseguimento da construção da ferrovia, Ipu tornou um importante entreposto na rota dos trens cujo trajeto ligava o Porto de Camocim ao Piauí.

A *intelligentsia* ipuense do começo do século XX, já mais consciente e confiante de seu papel social e cultural, agarrou-se com unhas e dentes à sua prerrogativa civilizadora e progressista. Para tanto, adotaram uma postura bairrista a ponto de duelarem, através da imprensa, com a principal cidade da região: Sobral.

Um dos impasses mais ferrenhos deu-se por ocasião da proposta feita pelos sobralenses ao engenheiro-chefe da Estrada de Ferro de Sobral para que o pernoite dos trens de Camocim fosse feito em Sobral, e não mais em Ipu. Contrastando artigo d'*A Lucta*, o *Correio do Norte* nega com veemência a dependência comercial de Ipu em relação a Sobral, alegada pelo primeiro como justificativa ao pedido feito ao engenheiro¹⁹.

Ora, o pernoite dos trens implicava no pernoite de boa parte de seus passageiros, os quais usufruíam (e pagavam) dos serviços oferecidos pela cidade de Ipu. Não raro, autoridades políticas eram “forçadas” a pernoitar em Ipu, servindo para tanto a hospitalidade suspeitamente desinteressada dos aristocratas locais. Havia ainda na cidade o hotel *Rendez vous des amis*, refinado estabelecimento de hospedagem que servia de palco aos suntuosos jantares em homenagem aos visitantes ilustres, especialmente autoridades políticas.

Pouco mais de um ano depois, e apesar das contraditas dos ipuenses, o pernoite dos trens foi transferido para a cidade de Sobral²⁰. Restou aos redatores do *Correio do Norte* apenas deplorar tal idéia, demonstrando que não se rendiam ante a superioridade da vizinha cidade da zona norte.

O texto de Eusébio de Sousa, como já dissemos, foi publicado em 1915, o que sugere ter a sua escrita ocorrido alguns anos antes, provavelmente logo que este assumiu o cargo de Juiz da Comarca do Ipu.

¹⁸ Cf. Idem.

¹⁹ Cf. E esta agora!...*Correio do Norte*, Ipu, 13 jan. 1922, p. 2.

²⁰ Cf. E. F. de Sobral. *Correio do Norte*, Ipu, 08 fev. 1923, p. 1.

Por outro lado, justamente em 1914, enquanto Eusébio – é o que supomos – escrevia sua *chronica*, a cidade de Ipu e, mais especificamente, a cadeia, foi alvo de violento ataque da parte do bando de cabras chefiados pelo Coronel João Martins da Jaçanã. Assim, pouco menos de setenta anos depois, a cidade era novamente sobressaltada por acontecimentos violentos.

O relato deste episódio encontramos no livro *O coronel João Martins da Jaçanã*, escrito por Francisco Magalhães Martins²¹. Segundo o autor, teriam sido mandados ao Ipu policiais jagunços oriundos das hostes da Sedição de Juazeiro, a qual resultou na queda do presidente Franco Rabelo e na intervenção do General Setembrino de Carvalho. Agindo sob livre arbítrio e movidos pela sensação de poder despertada pelo uso da farda, os soldados, logo que chegaram ao Ipu, iniciaram uma farta distribuição de pancadas que iam recair sobre os lombos de quem quer que lhes molestasse da forma mais leve. Neste festival de arbitrariedades e abusos, brindaram com vários golpes de sabre o jovem vereador Osório Martins, sobrinho do valente coronel João Martins da Jaçanã.

De seu refúgio na verdejante fazenda Jaçanã, o coronel, logo que tomou conhecimento da agressão dispensada ao sobrinho, pôs em marcha seu séquito de cabras armados e fincou esporas no cavalo rumo ao Ipu. No dia seguinte, pelas cinco da manhã, João Martins e seu bando penetravam a cidade saudando os soldados/jagunços com formidável saraivada de balas. Encurralados na Casa de Câmara e Cadeia, os soldados não tiveram alternativa a não ser tentar resistir até onde pudessem diante do implacável ataque que sofriam. A tragédia só não alcançou maiores proporções graças à intervenção do deputado Abílio Martins, o qual mediou negociações entre o coronel e os soldados, conseguindo o cessar fogo.

Sem dúvida, tal fato constitui uma incômoda interrupção na marcha da cidade rumo à civilização. No entanto, a *intelligentsia* local não recuou e novas iniciativas culturais foram levadas a efeito. Jornais já existiam desde a década de 80 de século XIX, embora tivessem, invariavelmente, vida efêmera. O Gabinete de Leitura foi reativado sob nova sociedade em 1º de janeiro de 1919. Um ano antes começara a circular o *Correio do*

²¹Cf. MARTINS, Francisco Magalhães. *O coronel João Martins da Jaçanã*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1977.

Norte. Outros jornais, como a *Gazeta do Sertão*, já haviam sido publicados na cidade sob a direção de homens de letras cujo talento era reconhecido em todo o estado.

Entre estes devotos do livro e da imprensa estavam o folclorista Leonardo Mota, o Cel Thomaz Corrêa, o jornalista Herculano José Rodrigues, Júlio Cícero Monteiro, Aderson Magalhães, o deputado Abílio Martins, o engenheiro francês Leonard Martin, o advogado Augusto Passos e José Oswaldo de Araújo.

Este grupo, por sua postura em relação ao restante da população, por seu esforço no sentido de empreender um projeto civilizador, por se arvorar em ares de defensores do progresso local, constitui, sem dúvida, a *intelligentsia* ipuense no começo do século XX. Sem embargo, este grupo monopoliza o arrebanhamento dos indivíduos que se mostravam sensíveis à atração exercida pelas letras.

Constituem, por outro lado, o estreito círculo dos leitores presentes na cidade. A julgar pelo acervo do Gabinete de Leitura Ipuense, constatamos o gosto pela leitura dos clássicos da literatura francesa do século XIX, livros científicos voltados para o Direito, Medicina, Psicologia, além de vasta gama de coletâneas de poesias onde figuram nomes como Alfred Musset, romances de Alexandre Herculano e coleções de História Geral e do Brasil, destacando-se autores como Rocha Pombo.

Enfileirados nas estantes do Gabinete de Leitura, estes livros representam mais que a presença da leitura; representam o esforço de manter um padrão cultural e comportamental adquirido em praças mais civilizadas, como Recife ou Rio de Janeiro, e o esforço por alinhar-se ao padrão parisiense, onde os *cabinets litteraires* haviam feito grande sucesso entre os séculos XVIII e XIX²². Representam também o avanço do processo de civilização pretendido pelo grupo seletivo de leitores/jornalista/escritores.

CONCLUSÃO

²² Sobre os *cabinets litteraires*, ver CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; e DARNTON, Robert. A filosofia por baixo do pano. In: *Revolução Imprensa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, pp 49-75.

Em suma, o que se queria pensar era que já andava longe o tempo em que as armas davam o tom na resolução dos conflitos, como acontecia na antiga vila, antecessora da cidade que agora se apresentava dotada de adornos sofisticados, como um acervo de livros reunidos num gabinete de leitura. No entanto, episódios recentes como o do Coronel João Martins da Jaçanã não permitiam a cristalização dessa idéia da superação da fase de “barbárie” na evolução da sociedade ipuense.

Desta forma, tomando como base a tese de Norbert Elias, o ataque à cadeia protagonizado pelo Coronel João Martins da Jaçanã representa uma “curva”, ou um retrocesso no processo civilizador da sociedade ipuense. No entanto, este movimento em sentido retroativo não dura muito tempo, e a tendência evolutiva se restabelece.

A fundação do Gabinete de Leitura Ipuense, sociedade que reuniu intelectuais locais como Abílio Martins, Joaquim Lima, Edgard Corrêa – filho de Thomaz Corrêa – Abdoral Timbó e Francisco das Chagas Pinto da Silveira, representa um esforço no sentido de reforçar o comportamento orientado para a prática da leitura, acompanhada de todo um conjunto de práticas de sociabilidade típicas da cultura urbana.

No entanto, o futuro traria mais uma “curva”. O Gabinete de Leitura Ipuense, a julgar pelos artigos veiculados no *Correio do Norte*, não conseguiu lograr o êxito esperado. A década de 20 do século passado assistiu a um definhamento da *intelligentsia* local, sendo suas práticas também suprimidas.

Por outro lado, a cidade em vias de progresso do final do século XIX e duas primeiras décadas do XX foi, aos poucos, perdendo seus homens de letras e a sociabilidade típica da cultura letrada urbana, como as reuniões no Gabinete de Leitura, foi deixando de existir. Novas práticas estariam a caminho, e o *glamour* que se quis para o Gabinete de Leitura não se verificou.

No entanto, os sucessos que marcam esta nova fase da história cultural do Ipu, marcada pela decadência das práticas e instituições criadas dentro do recorte temporal de que nos ocupamos, constituem objeto para outro trabalho que não este.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírio no auge do capitalismo*. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas; v. 3).

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

_____. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Práticas de leitura*. 2. ed. Tradução: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 143-179.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. *Livros, homens, uma cidade: uma discussão sobre o Gabinete de Leitura Ipuense (1886-1919)*. 2007. 114f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2007.